

# A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 5

Marcelo Máximo Purificação  
Elisângela Maura Catarino  
Éverton Nery Carneiro  
(Organizadores)



**Atena**  
Editora

Ano 2020

# A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 5

Marcelo Máximo Purificação  
Elisângela Maura Catarino  
Éverton Nery Carneiro  
(Organizadores)



**Atena**  
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

| <b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)<br/>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b> |  |
|---|--|
| E24   | <p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 5 [Recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Éverton Nery Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF<br/>           Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.<br/>           Modo de acesso: World Wide Web.<br/>           Inclui bibliografia<br/>           ISBN 978-65-5706-051-3<br/>           DOI 10.22533/at.ed.513201805</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas.<br/>           I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Catarino, Elisângela Maura.<br/>           III. Carneiro, Éverton Nery.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p> |
| <b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>   |  |

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, apresentamos a vocês mais um e-book e, em seus textos, várias possibilidades de reflexão e de uma relação dialógica da educação com os contextos sociais. Pensar e fazer educação no terceiro milênio é um grande desafio. Marcada por uma infinidade de acontecimentos, a educação é o maior observatório social, onde perpassa a complexidade e a diversidade do cotidiano. Organizado em dois eixos temáticos – Educação e seus liames, e Educação e suas tramas sociais – compreendendo 23 artigos, nasce o e-book ‘A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 5’.

Os diálogos promovidos no primeiro eixo temático levam a discussões em torno da “Multifuncionalidade do professor...; Educação ambiental...; O fazer docente e a busca da emancipação do aluno...; Gestão...; Instrumentalização na formação de professores...; Prática pedagógica...; Aprendizagem/experiência pedagógica...; Arte/Educação-Ensino Infantil...; Avaliação da Educação Básica...; Educação a distância para democratização do acesso a informação...; ....O sonhar e o lutar por uma Universidade Popular”. Todo esse aparato são amostras de discussões feitas em várias universidades do território brasileiro que, agora, socializamos com vocês, leitores.

O segundo eixo, traz 12 textos que estabelecem relações entre educação e as tramas sociais, articulando um conjunto interessantíssimo de ideias que perpassam a “Educação Superior em Goiás; Educação com imigrantes haitianos; Educação Corporativa; Educação não formal- ONGS e Movimentos Sociais; Educação Profissional; Escola sem fronteira; Ensino híbrido; Estratégias/discursos na reforma educacional mineira (1891-1906); Evasão no Ensino Técnico; Fundamentos interdisciplinaridade na BNCC e Identidade profissional”, todos fruto de investigações e produção de saberes, de pesquisadores brasileiros de áreas diversas. Para dar conta das discussões no eixo da política e das tramas sociais, organizamos esta obra com 23 textos, contendo debates férteis que nascem no cerne da educação. Com isso desejamos a todos uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação  
Elisângela Maura Catarino  
Éverton Nery Carneiro

## SUMÁRIO

### EDUCAÇÃO E SEUS LIAMES

#### **CAPÍTULO 1 ..... 1**

A “MULTIFUNCIONALIDADE” DO PROFESSOR DO AEE NA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos  
Íris Maria Ribeiro Porto

**DOI 10.22533/at.ed.5132018051**

#### **CAPÍTULO 2 ..... 12**

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS: RELATO DO PROJETO INTERSETORIAL GOTAS DE SABEDORIA

Natália Zanetti  
Erika de Freitas Roldão  
Angela Maria da Costa Grandó  
Vânia Maria Vieira Sanches Miranda  
Felipe Augusto Ferreira

**DOI 10.22533/at.ed.5132018052**

#### **CAPÍTULO 3 ..... 27**

A FUNÇÃO DA DIDÁTICA CONTEMPORÂNEA NO FAZER DOCENTE, EM BUSCA DA EMANCIPAÇÃO DO ALUNO “REAL”

Ieda Márcia Donati Linck  
Fabiane da Silva Verissimo  
Maria Aparecida Santana Camargo  
Rosane Rodrigues Felix

**DOI 10.22533/at.ed.5132018053**

#### **CAPÍTULO 4 ..... 37**

A GESTÃO DAS TRAMAS COTIDIANAS DO PROGRAMA MULHERES MIL, COMO POLÍTICA EDUCACIONAL

Nilva Celestina do Carmo  
Maria das Dores Saraiva de Loreto  
Eduardo Simonini Lopes  
Fabiola Faria da Cruz Rodrigues

**DOI 10.22533/at.ed.5132018054**

#### **CAPÍTULO 5 ..... 48**

A INSTRUMENTALIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O ECLIPSE DA FORMAÇÃO CULTURAL

Ana Cristina da Silva Amado

**DOI 10.22533/at.ed.5132018055**

#### **CAPÍTULO 6 ..... 61**

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE QUÍMICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Petronio Silva de Oliveira  
José Laécio de Moraes  
Francisco Evanildo Simão da Silva  
Josenilton Bernardo da Silva  
Maria Magnólia Batista Florêncio



Raimundo Alves Cândido  
Ulisses Costa de Oliveira  
Abraão Lima Verde

DOI 10.22533/at.ed.5132018056

**CAPÍTULO 7 ..... 73**

APRENDIZAGEM EM NUCLEAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA A PARTIR DAS MÚLTIPLAS LINGUAGENS

Graciela Zachar Gómez  
Caio Augusto de Lima Castro

DOI 10.22533/at.ed.5132018057

**CAPÍTULO 8 ..... 80**

ARTE/EDUCAÇÃO COM PRÉ-HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA TRIANGULAR NAS AULAS DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NO ENSINO INFANTIL

Daniel Henrique Alves de Castro  
Roberta Puccetti

DOI 10.22533/at.ed.5132018058

**CAPÍTULO 9 ..... 92**

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESCOMPASSO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Maria Emília Gonzaga de Souza  
Gabriel Santos Pereira  
Martha Elisa Santos

DOI 10.22533/at.ed.5132018059

**CAPÍTULO 10 ..... 100**

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS DE CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Alexandre Carlo do Nascimento  
Ronan da Silva Parreira Gaia  
Fabio Scorsolini-Comin

DOI 10.22533/at.ed.51320180510

**CAPÍTULO 11 ..... 115**

DEMOCRATIZAR O ENSINO SUPERIOR E NÃO DEIXAR DE SONHAR: LUTAMOS POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR

Rafael Arenhaldt  
Samara Ayres Moraes

DOI 10.22533/at.ed.51320180511

**EDUCAÇÃO E SUAS TRAMAS SOCIAIS**

**CAPÍTULO 12 ..... 123**

DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GOIÁS (1923 - 1955)

Maximiliano Gonçalves da Costa

DOI 10.22533/at.ed.51320180512

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....   | <b>133</b> |
| EDUCAÇÃO COM IMIGRANTES HAITIANOS: UMA EXPERIÊNCIA NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS                                      |            |
| Sandra Felício Roldão<br>Sirlei de Souza   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.51320180513</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 14</b> .....   | <b>148</b> |
| EDUCAÇÃO CORPORATIVA: COMPETÊNCIA EM COMUNICAÇÃO   |            |
| Adriane Camargo Rezende Perdigão<br>Roberto Kanaane  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.51320180514</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 15</b> .....   | <b>158</b> |
| EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL - ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS: SONHO OU PESADELO? O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NO TERCEIRO SETOR              |            |
| Gustavo Kosieniczuk Gomes<br>Maria Ruth Sartori da Silva   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.51320180515</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 16</b> .....   | <b>170</b> |
| EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E IDENTIDADE EMPREENDEDORA   |            |
| Simone Aparecida Torres de Souza Cunegundes<br>Roberto Kanaane   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.51320180516</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 17</b> .....   | <b>182</b> |
| EDUCAÇÃO: ESCOLA SEM FRONTEIRAS  |            |
| Jacqueline Alves de Oliveira Costa Farias<br>Fábio Luiz da Silva   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.51320180517</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 18</b> .....   | <b>188</b> |
| ENSINANDO BIOLOGIA: HISTOLOGIA NA PERSPECTIVA DO ENSINO HÍBRIDO  |            |
| Joseane Maria Rachid Martins<br>Mariana da Rocha Piemonte  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.51320180518</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 19</b> .....   | <b>199</b> |
| ESTRATÉGIAS, IMAGENS E IMAGINÁRIOS ATUANTES NOS DISCURSOS POLÍTICOS REFORMISTAS EDUCACIONAIS EM MINAS GERAIS (1891-1906) |            |
| Raphael Ribeiro Machado  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.51320180519</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 20</b> .....   | <b>215</b> |
| EVASÃO NO ENSINO TÉCNICO: ESTUDO DE CASO   |            |
| Claudio Kubilius<br>Roberto Kanaane  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.51320180520</b>  |            |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 21</b> .....  | <b>226</b> |
| FUNDAMENTOS DA INTERDISCIPLINARIDADE NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR:<br>UM ESTUDO SOBRE A ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA |            |
| Luíza Olívia Lacerda Ramos<br>Nisângela Oliveira Santana  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.51320180521</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 22</b> .....  | <b>233</b> |
| IDENTIDADE DOCENTE: TRANSFORMANDO PARA TRANSFORMAR  |            |
| Italo Francesco dos Santos Soares Ferreira<br>Ângela Pereira Teixeira Victória Palma                                      |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.51320180522</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 23</b> .....  | <b>244</b> |
| UM ESTUDO SOBRE OS CONCEITOS E ABORDAGENS RELACIONADAS ÀS TICS NO<br>CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO                     |            |
| Carlos Adriano Martins<br>Priscila Bernardo Martins   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.51320180523</b>   |            |
| <b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....   | <b>251</b> |
| <b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....   | <b>252</b> |

## CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS DE CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

*Data de aceite: 11/05/2020*

### **Alexandre Carlo do Nascimento**

Centro Universitário Barão de Mauá  
Ribeirão Preto – SP

<http://lattes.cnpq.br/5442409511013450>

### **Ronan da Silva Parreira Gaia**

Universidade de São Paulo  
Ribeirão Preto – SP

<http://lattes.cnpq.br/8644432086055133>

### **Fabio Scorsolini-Comin**

Universidade de São Paulo  
Ribeirão Preto – SP

<http://lattes.cnpq.br/5320357141150023>

**RESUMO:** Este capítulo de livro tem como objetivo refletir sobre as possibilidades da utilização da Educação a Distância (EAD) como ferramenta de democratização do acesso à informação, formação e capacitação continuada de gestores municipais atuantes nos diversos conselhos de direitos. Como metodologia utilizou-se a análise bibliográfica exploratória, compondo uma revisão narrativa acerca da temática. O estudo levou em consideração as discrepâncias no acesso às novas tecnologias de comunicação e informação inerentes ao processo de exclusão social e econômica brasileira. Recomendações para a oferta de

formação na modalidade EAD são endereçadas e problematizadas neste estudo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação a Distância; Formação Profissional; Políticas Públicas.

### DISTANCE EDUCATION CONTRIBUTIONS TO DEMOCRATICIZING ACCESS TO INFORMATION AND TRAINING OF MUNICIPAL ADVISORS OF PUBLIC POLICY ADVISORS

**ABSTRACT:** This book chapter aims to reflect on the possibilities of using Distance Education (EAD, in Portuguese) as a tool to democratize access to information, training and continued training of municipal managers working in the various rights councils. As a methodology, exploratory bibliographic analysis was used, composing a narrative review about the theme. The study took into account the discrepancies in access to new communication and information technologies inherent to the process of social and economic exclusion in Brazil. Recommendations for the provision of training in distance learning are addressed and discussed in this study.

**KEYWORDS:** Distance Education; Professional qualification; Public policy.

## 1 | INTRODUÇÃO

O crescimento da educação a distância (EAD) no Brasil está fortemente associado ao campo educacional, sobretudo nos últimos anos, com uma disponibilidade cada vez maior de cursos e possibilidades de incremento à formação operacionalizadas por meio de ferramentas e metodologias em EAD, o que tem promovido como efeito não apenas a expansão de uma formação profissional devido a essa flexibilização (GAMEIRO; SCORSOLINI-COMIN; INOCENTE; MATIAS, 2011; SCORSOLINI-COMIN, 2013), mas também entraves relacionados a essa forma de ensinar e aprender e de como esse paradigma tem contribuído, efetivamente, para o aprofundamento de uma educação crítica e reflexiva necessária a diversos campos de atuação, por exemplo, o da gestão pública (SCORSOLINI-COMIN; GILIO; OLIVEIRA; MATIAS, 2010), tema de interesse do capítulo em tela.

As metodologias utilizadas pela EAD no processo de ensino-aprendizagem são colocadas frente às necessidades de formação continuada para atuação nos espaços democráticos de garantia de direitos como os conselhos municipais existentes em pequenos municípios, compondo uma ferramenta de democratização do acesso à informação, formação e capacitação continuada de gestores municipais e lideranças comunitárias inseridas em conselhos de direito e que não possuem acesso facilitado aos grandes centros, onde geralmente são ofertados os cursos e capacitações para o exercício consciente e qualificado que a atuação nesses conselhos exigem. A partir desse primeiro sentido defendido neste capítulo, a EAD apresenta-se, portanto, como uma possibilidade de formação para gestores impossibilitados geograficamente do acesso direto a conhecimentos com inequívoca aplicação em seu contexto de atuação.

Um dos documentos utilizados como referência para os argumentos aqui defendidos é o que compila os dados e indicadores apresentados no Censo EAD. BR - 2012, pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), com o objetivo de disponibilizar informações quantitativas e qualitativas referentes às ações desenvolvidas no Brasil na área da EAD durante o ano de 2012, abrangendo todos os níveis educacionais do sistema formal de ensino e diversas iniciativas de educação formal (ABED, 2013). A escolha pelo censo de 2012 é justificada na medida em que no ano de 2011 foi sancionada a Lei n. 12.435/2011 (BRASIL, 2011) pela então Presidenta Dilma Rousseff e que altera e complementa a Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993) e fortalece o Sistema Único de Assistência Social e garante sua continuidade, haja vista que o mesmo foi organizado a partir de 2004, no governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Plano Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) regulamentado pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/

SUAS (BRASIL, 2005).

Embora estudos sobre a EAD sejam amplamente realizados, a utilização dessa metodologia como ferramenta de formação e fortalecimento de lideranças comunitárias ainda é um tema pouco pesquisado, havendo um escasso material de pesquisa, sendo necessário o aporte de referenciais bibliográficos pertencentes a temas já consagrados pela literatura voltada ao assunto. As informações bibliográficas foram amalgamadas com as diretrizes e princípios existentes na Constituição Federal referente aos direitos sociais e aos espaços de participação social nela existente (BRASIL, 1988).

Os direitos conquistados historicamente através das lutas dos movimentos sociais exigem um olhar mais amplo sobre a relação entre os direitos sociais e a ocupação de espaços de protagonismo (PACHECO, 2016), movimento esse que necessita de publicização das informações referentes ao tema à população em geral e, em especial, as situadas em localidades com dificuldades de acesso aos centros de formação e de informação, concentrando nas mãos de uma elite econômica e intelectual o conhecimento e, conseqüentemente, o acesso desses espaços de participação e decisão socialmente conquistados. Assim, quando refletimos sobre a dificuldade de acesso à formação profissional adequada, atualizada e de qualidade pela inexistência de acesso a esses conhecimentos – o que poderia ser contornado com a EAD –, estamos também tratando de um processo de exclusão que incide justamente sobre uma população que, sendo usuária dessas tecnologias, poderia se beneficiar pela aplicação prática de saberes em uma realidade complexa e em transformação.

A fim de compreender os aspectos e adventos de mudanças e transformações humanas e sociais elucidados neste estudo, tivemos como referencial teórico-metodológico o materialismo dialético<sup>1</sup>, por evidenciar a dicotomia criada pelo processo de desenvolvimento de novas tecnologias e o controle da democratização do acesso à informação, promovendo a manutenção do poder de uma classe dominante minoritária em detrimento de grupos subalternizados, agravando o processo de exclusão social.

Para tanto, é importante destacar que não focaremos nossa discussão no debate que se arrasta em diversos setores acerca dos pontos positivos ou negativos da metodologia de EAD, mas sim a metodologia enquanto real possibilidade. Ainda assim, cabe a nossa menção à necessidade de que a EAD seja perenemente considerada em termos de suas reais potencialidades, de modo que investir esforços no adensamento dos processos de ensino e de aprendizagem, bem como na qualificação dessas tecnologias e dos recursos humanos envolvidos nessa área é fundamental para que, de fato, tal metodologia possa se colocar a favor

1. Conceito teórico/analítico/metodológico instaurado por Karl Marx e Friedrich Engels.

da diminuição de assimetrias sociais e educacionais, primando pela qualidade da formação oferecida. Assim, a discussão sobre a qualidade da EAD deve atravessar toda e qualquer reflexão nesse campo.

Encontramos em todo o Brasil uma infinidade de pessoas e comunidades que apresentam, por diferentes motivos, dificuldades de acesso a cursos de formação ou de aprimoramento em diversas áreas do conhecimento profissional, diminuindo a qualificação dos mesmos no exercício de suas atribuições. Muitas vezes, essas dificuldades são de ordem básica, havendo importantes assimetrias no que se refere à oportunidade de acesso à formação.

Também se pode verificar esse mesmo problema na formação continuada de gestores, conselheiros e lideranças comunitárias, atuantes nos diversos conselhos de direitos, principalmente os localizados em pequenos municípios, que ficam incapacitados de exercerem suas atividades de forma efetiva e qualificada, prejudicando a elaboração de políticas públicas e, portanto, garantias de direitos sociais, ficando o uso da *internet* como principal fonte de informação dessas lideranças. É importante destacar que o nosso argumento refere-se à dificuldade de formação derivada do baixo acesso a cursos de formação continuada, por exemplo. Em que pese essas assimetrias, o simples acesso à internet, por exemplo, embora possa ser considerado como um avanço em muitas localidades, por si só não representa uma possibilidade real de qualificação educacional. Também para que o acesso à informação seja considerado um incremento deve-se haver, de modo compassado, o acesso à formação para que se possa lidar criticamente com essa informação amplamente acessível a partir da internet.

Na Pesquisa Nacional por Amostragem de domicílios (PNAD) realizada em 2011 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2013b, p. 32) que focou o acesso à internet e posse de telefonia móvel celular para uso pessoal, nota-se que de 2005 até 2011 houve um aumento de 143,8% no acesso de brasileiros à internet, totalizando nesse período estudado na pesquisa do IBGE um crescimento de 45,8 milhões de usuários (BRASIL, 2013b).

Com o avanço de novas tecnologias de comunicação e informação e o acesso da população a eles, vimos uma rápida assimilação dessas mesmas tecnologias pelos movimentos sociais em suas ações de fortalecimento e/ou defesa de direitos sociais.

[...] um fato novo, e de forma extremamente rápida, está produzindo intensas mudanças nas estruturas das sociedades, apontando, de certa forma, um caminho irreversível. O advento e utilização intensiva das novas Tecnologias da Informação, sintetizada na chamada “era digital”, estão modificando a forma de produzir, de comunicar-se e de relacionar-se entre os agentes sociais (SANCHEZ, 2003, p. 90).

A mudança de paradigmas trazida pelas novas Tecnologias de Informação e

Comunicação (TICs) ou, como temos também descrito em termos das tecnologias digitais da informação e da comunicação (SCORSOLINI-COMIN, 2014), influenciaram também as formas de organização das forças populares democráticas e a forma como essas se manifestam dentro e fora do Estado. Nesse cenário, ferramentas tecnológicas como as utilizadas na metodologia de EAD representam uma nova possibilidade de organização social que extrapolam os limites da formação educacional em seus diversos níveis.

Para que se faça possível tal utilização da EAD como instrumento de democratização da informação, faz-se necessário o aprofundamento da discussão sobre o tema e entrever os pontos que ligam as TICs à nova concepção de democracia e participação popular (SEWYN, 2008), como no caso dos conselhos de direitos formados por lideranças comunitárias em todo o Brasil.

## 2 | FORMAÇÃO DE GESTORES E LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS PARA A CONSOLIDAÇÃO E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 204, fica instituída na assistência social a participação popular por meio de organizações representativas, na proposição de políticas públicas e no controle das ações do Estado em todas as esferas. A descentralização do Estado, a partir de então, institui no âmbito das políticas públicas a participação social como eixo fundamental na gestão e no controle das ações governamentais (BRASIL, 1988 e alterações posteriores).

Dentro desse modelo de Estado, a participação da população se dá através dos Conselhos de Políticas Públicas, existentes dentro das três esferas de governo e formados paritariamente por representantes da sociedade civil e do poder público.

Assiste-se, então, ao surgimento de novas iniciativas de gestão democrática das políticas públicas, com a introdução de reformas institucionais que visam ao fortalecimento da autonomia dos municípios e ao estabelecimento de novos formatos de organização do poder local, vinculados à criação de parcerias entre o poder público e setores organizados da sociedade civil. Convém, por isso, analisar esse processo de redefinição da gestão pública brasileira, com a institucionalização dos Conselhos Gestores, associados a dois mecanismos que lhes constituem condição *sine qua non*: a descentralização e a participação, tendo em vista os impactos que incidirem diretamente na configuração desse novo formato da gestão das políticas públicas (ROCHA, 2009, p. 06).

A participação efetiva nos Conselhos de Políticas Públicas exige dos conselheiros conhecimentos sobre suas atribuições e responsabilidades e poderes concedidos pela Carta Magna, para que possam exercer suas funções.

Não podemos esquecer que, historicamente, existe um afastamento da população dos centros de poder e decisão e esse afastamento se fixa no modelo de Estado centralizador e elitista, dominado, conforme expõe Netto (2011), por uma



“autocracia burguesa” manipuladora e patrimonialista, que exigira novos saberes e ferramentas de intervenção popular.

Podemos dizer que, por séculos de alienação política, a população terá que se “educar” politicamente para o trabalho de gestão e controle do Estado, não bastando somente conquistar quantitativamente espaços dentro do Estado, mas também ocupar esses espaços qualitativamente.

Esse processo sócio-político de politização e qualificação técnica dos gestores dos diversos conselhos encontra grandes barreiras, entre elas a de acesso a centros de formação e informação. O acesso a cursos, seminários, palestras, conferências e outros espaços voltados à formação de gestores e lideranças comunitárias se limitam às grandes cidades e suas regiões metropolitanas, reduzindo significativamente a participação de representantes de pequenas cidades e comunidades tradicionais ou de difícil acesso.

Segundo sinopse do censo demográfico de 2010, realizado pelo Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui 5.565 municípios, sendo que o estado de São Paulo possui 645 municípios divididos, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) entre Pequeno porte I (até 20.000 habitantes), Pequeno porte II (de 20.001 a 50.000 habitantes), Médios (de 50.001 a 100.000 habitantes), Grandes (de 100.000 a 900.000 habitantes) e Metrôpoles (mais de 900.000 habitantes) (BRASIL, 2005, p.18). Desse universo, a contagem da sinopse apresenta que o Estado de São Paulo possui 402 municípios categorizados como pequenos I e 120 categorizados como pequenos II, mostrando que a maioria dos conselhos onde atuam gestores e lideranças comunitárias está localizada fora dos grandes centros, onde são oferecidos tradicionalmente os cursos de capacitação, formação e ou fortalecimento das lideranças e gestores (IBGE, 2010).

Essa realidade que se destaca no Censo SUAS 2012, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), aponta que nos municípios de Pequeno porte I e II a promoção de cursos é realizada por Gestores Estaduais e Federais, ao contrário das Metrôpoles, em que esses mesmos cursos de formação e capacitação são organizados pelos próprios conselheiros e gestores municipais (BRASIL, 2013a).

O que influencia na autonomia dos gestores das metrôpoles e das grandes cidades é o fato destes possuírem acesso a um maior número de espaços de formação e de capacitação continuada. Já os gestores e líderes comunitários das pequenas cidades ficam dependentes de gestores estaduais e federais, que não conseguem atender ao grande número de pequenos municípios.

Os que vemos nos espaços de gestão descentralizados dos pequenos municípios são representantes da sociedade civil perdidos entre os labirintos burocráticos do Estado de direito, impossibilitados de realizar suas atribuições adequadamente e

por não possuírem muitas vezes nenhuma formação prévia sobre os espaços que ocupam e sua importância política.

Com a utilização da internet pode-se encontrar farto material sobre a gestão democrática do Estado, mas somente informação não é o bastante. Faz-se necessária também a formação/educação política. Para essa formação/educação política e instrumental tornam-se necessários conhecimentos sobre as tecnologias que facilitam o acesso democrático às informações acumuladas nos espaços de discussão e tomadas de decisões, lembrando que tanto a tecnologia quanto o Estado são domínios da mesma burocracia que dificulta a formação das lideranças populares e gerida pela mesma autocracia burguesa manipuladora e patrimonialista.

A tecnologia é um instrumento poderoso, mas que deve ser acompanhada por uma capacitação da sociedade, especialmente da sociedade civil, para entendê-la e utilizá-la em função de valores democráticos. Caso contrário, existirá apenas uma transferência vertical de poder – da burocracia para o governo – através de um melhor controle da informação (SANCHEZ, 2003, p.91).

Então como possibilitar a utilização dos meios tecnológicos de informação para auxiliar na formação/educação de gestores e lideranças comunitárias, já que essas tecnologias são dominadas pelas elites tecnológicas e econômicas?

Algumas experiências no sentido de subverter as novas tecnologias para os interesses populares e democráticos são encontrados na própria internet. A utilização de blogs, e-mails, sites ou a criação de grupos em redes sociais e de comunicação móvel, como os aplicativos, já se tornaram comuns para a transmissão de informações e organização de transformações sociais. Outras tecnologias mais complexas também apresentam possibilidade de serem utilizadas como ferramentas de formação/educação de gestores e lideranças comunitárias como no caso da EAD, o que também tem sido potencializado com a ampliação do acesso a smartphones na contemporaneidade, diminuindo significativamente as distâncias e promovendo possibilidades de emprego de ferramentas também em celulares, como em aplicativos que podem se revelar recursos para a formação dos gestores sociais.

### 3 | EAD PARA QUÊ?

Envolta em controvérsias, a EAD encontra defensores e opositores dentro e fora dos meios acadêmicos, onde ora é apontada como meio para a democratização do ensino e modernização do processo de ensino/aprendizagem e ora é associada à mercantilização e precarização da educação. Entretanto, não é possível negar os avanços possibilitados por essa metodologia e também os retrocessos inerentes a todo sistema que visa a romper com os modelos anteriormente vigentes. Essas

discussões têm dominado muitos dos estudos da área, mas é inegável que não se pode, contemporaneamente, negligenciar o advento da EAD e suas transformações nos modos de ensinar, de aprender e também de formar (ALMEIDA FILHO, 2015; COLL; MONEREO, 2010). Assim exposto, faz-se necessário situarmos em qual referencial nos baseamos quando tratamos de EAD.

Comumente se atribui à sigla EAD o sentido de “Ensino a Distância” e não o sentido correto que é “Educação a Distância”.

Por isso, devemos falar a EAD, não o EAD. Quem utiliza a expressão no masculino tem provavelmente em mente Ensino a Distância, expressão mais pobre do que Educação a Distância, já que o ensino é apenas um dos componentes da educação, concebida como um processo de ensino e aprendizagem. A Educação a Distância recebeu denominações distintas em diferentes países, como: estudo ou educação por correspondência (Reino Unido); estudo em casa e estudo independente (Estados Unidos); estudos externos (Austrália); telensino ou ensino a distância (França); estudo ou ensino a distância (Alemanha); educação a distância (Espanha); teleducação (Portugal) etc. (MATTAR, 2013, p. 6).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei. 9.394/96, concebe a educação enquanto “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996)

Assim sendo, acreditamos que reduzir o processo educativo Educação ao mero Ensino (compreendido apenas enquanto processo de transmissão de conhecimento, de ensinar alguém) significa retirar da Educação toda sua essência e complexidade, principalmente a compreensão de que a Educação é construída através das relações e troca de experiências entre os sujeitos, pois conforme expõe Freire (1983, p. 79): “Ninguém educa ninguém, como tão pouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”.

Merece destacar que, nos últimos anos, as Tecnologias de Educação a Distância vêm apresentando um vertiginoso crescimento em todo o mundo, em especial no Brasil, onde encontrou terreno fértil para a proliferação dessa modalidade de educação graças ao discurso de “modernização e qualificação da mão-de-obra” para adequação do país ao competitivo mercado internacional.

A internet permitiu que o processo de ensino-aprendizagem não ficasse limitado apenas à sala de aula, mas ultrapassasse limites físicos, dando oportunidade para que o aluno construa o conhecimento no seu ambiente doméstico, de trabalho ou onde mais desejar. Por outro lado, o distanciamento físico implica em buscar práticas e métodos pedagógicos adequados a essa modalidade de ensino, proporcionando ao aluno condições e autonomia na construção do conhecimento (ALVES, 2013, p. 7).

Segundo dados do Censo EaD.BR 2012 (ABED, 2013, p. 50), houve um crescimento de 52,5% nas matrículas na modalidade a distância em relação ao

ano de 2011, totalizando nesse período 5.772.466 matriculados, sendo 5,8% nas disciplinas de EAD dos cursos presenciais autorizados (336.223), 19,8% dos cursos autorizados (1.141.260) e 74,4% dos cursos livres (4.294.982). Essa tendência ao crescimento tem sido observada nos anos seguintes, consolidando a EAD na realidade educacional brasileira. Segundo dados do Censo EAD.BR 2018, nos cursos regulamentados totalmente a distância, o número de matrículas aumentou de 1.320.025 para 2.358.934 (ABED, 2019).

A EAD não fica restrita apenas aos diversos setores da educação básica à pós-graduação, ela também oferece recursos para a organização de cursos corporativos e em cursos livre. Dentre as modalidades de utilização da EAD citadas, chamamos a atenção a possibilidade de utilização dos cursos livres e abertos a distância como forma de formação/educação de gestores e lideranças comunitárias, pois se tratam de uma modalidade de educação que atende a um público variado e que visa a proporcionar ao estudante conhecimentos que permitam profissionalização, qualificação e atualização, não exigindo escolaridade ou idade mínima para a participação e com duração variável. Ainda em relação ao CensoEaD.BR 2012 (ABED, 2013, p. 20), nota-se um crescimento significativo de 42% na demanda por cursos abertos ou livres entre 2011 e 2012, totalizando no censo 7.520 cursos ofertados.

Algumas experiências na organização e oferta de cursos livres para a capacitação de conselheiros e lideranças comunitárias existem em todo o Brasil e são facilmente encontrados na *internet*, mas a maioria desses cursos é presencial e um número ínfimo é ofertado a distância.

Um ponto limitante no que se refere ao acesso aos cursos presenciais de capacitação de conselheiros e lideranças comunitárias diz respeito ao fato dos mesmos serem, muitas vezes, ofertados apenas em grandes cidades, excluindo o acesso de interessados situados em pequenas cidades ou comunidades afastadas dos grandes centros. Podemos destacar, ainda, que os cursos ofertados são de grandes empresas e com finalidades lucrativas.

Grande parte dos cursos reconhecidos/autorizados (49%) e livres (62%) são de instituições que se localizam na Região Sudeste. As instituições da Região Sul (31%) encontram-se em segundo lugar na oferta de cursos reconhecidos/autorizados, assim como acontece na Região Centro-Oeste com relação à oferta de cursos livres (16%).

A maioria dos cursos EAD autorizados e livres é de instituições privadas (63%), sendo que 81% destas possuem fins lucrativos e 19% não. A maior parcela está localizada na Região Sudeste (59,4%) e pertence a grandes empresas (46,2%), sendo ofertados por instituições que desenvolvem concomitantemente cursos presenciais, a distância e semipresenciais (48,6%) (ABED, 2013, p. 20).

**Exemplo de curso livre oferecido na modalidade EAD que vai ao encontro**

do discurso de democratização da informação e colabora com a formação de amplo público é o “Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento” – SUPERA (BRASIL, 2014). O curso SUPERA é realizado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD do Ministério da Justiça – MJ e oferecido gratuitamente em parceria com a Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP e executado pelas equipes da Unidade de Dependência de Drogas (UDED) do Departamento de Psicobiologia da UNIFESP e do Departamento de Informática em Saúde (DIS). Segundo informações apresentadas pelo *site* do SUPERA (BRASIL, 2014), em sua 5ª edição foram disponibilizadas 15 mil vagas para profissionais das áreas de saúde, assistência social, educação, justiça, segurança pública, conselheiros e lideranças comunitárias e religiosas.

#### 4 | A DIDÁTICA DA EAD

A Educação a Distância se utiliza de um grande número de tecnologias para a transmissão e comunicação de informação, mas também exige adaptação do processo de educação e instrução, já que os sujeitos envolvidos no processo comunicativo não estão presentes no mesmo local nem necessariamente no mesmo momento, podendo-se dividir o processo de ensino-aprendizagem em dois modos: um assíncrono, ou seja, sem sincronismo no diálogo; e outro síncrono, propiciando uma comunicação em tempo real entre professores, tutores ou facilitadores com o sujeito ou grupo que participa de uma aula.

Portanto, pode-se perceber que não é qualquer modelo pedagógico que pode ser aplicado a modalidade da EAD, haja vista que o sujeito envolvido no processo de ensino-aprendizagem deve desenvolver competências diferentes do modelo presencial.

Para definir os aspectos organizacionais de um modelo pedagógico para essa modalidade, as competências que o aluno precisa desenvolver e que são importantes para participar de um curso a distância são os seguintes: competência tecnológica, no que se refere ao uso de programas em geral, mas principalmente da internet, competências ligadas a saber aprender em ambientes virtuais de aprendizagem e competências ligadas ao uso de comunicação escrita. Para isso, os objetivos do planejamento pedagógico devem responder aos objetivos cognitivos, no sentido de como usar e como compreender, além dos objetivos relacionados às atitudes em relação aos valores (BEHAR, 2008, p. 26).

As novas tecnologias de comunicação e informação oferecem metodologias próprias da EAD e que devem ser de conhecimento de seus usuários. Alves (2013, p. 12-13) expõe que a mesma “requer procedimentos particulares, seja na didática, na metodologia, na avaliação, na interação, na formação do professor ou na conscientização dos alunos, ou seja, é necessário construir ideias e teorias próprias

para essa modalidade de ensino”.

Portanto, deve-se levar em grande importância a forma como a informação será apresentada em um curso de formação ou capacitação de lideranças comunitárias e conselheiros municipais, onde o perfil de acesso e domínio de novas tecnologias de comunicação é variado.

A EAD pode se utilizar de diversas formas de troca de informações que vão desde meios físicos como DVDs e CDs até as videoconferências, passando, na contemporaneidade, pelo advento e democratização dos smartphones e de tecnologias como os aplicativos, de fácil instalação e que, muitas vezes, possuem metodologias bastante intuitivas, facilitando a sua operacionalização e emprego no cotidiano profissional dos gestores.

As tecnologias de vídeo tornaram-se o grande avanço e o diferencial da EAD atualmente. Compreendendo desde as fitas de vídeo para leitura em aparelhos de videocassete comuns até as formas mais elaboradas de transmissão via satélite ou telefone, como as teleconferências e videoconferências, e as transmissões de vídeo sob demanda (streaming on demand) e em tecnologia de transmissão ao vivo na Web (streaming live) (ALVES, 2013, p. 21).

Os meios mais utilizados para os cursos disponibilizados na internet são assíncronos e se utilizam de meios de transmissão de dados em Banda Larga. Banda Larga é um termo que é usado para descrever a Internet de alta velocidade com a capacidade de movimentar grandes volumes de informação e pode oferecer conexão à rede mundial de computadores por meio de: *Dial Modem* (internet discada); *Digital Subscriber Line* (xDSL) ou linha de assinante digital, onde uma linha telefônica é necessária; Cabo que dispensa uma linha telefônica pré-existente; *Wireless* (Wi-fi) ou conexão sem fio; Ad-hoc, onde uma rede de computadores trocam informação diretamente entre si; Rádio, e; Satélite.

O acesso aos serviços de Banda Larga no Brasil ainda é muito desigual, sendo que as desigualdades de acesso inviabilizam a democratização do acesso à internet e suas diversas utilizações (RIBEIRO et al., 2013), como no caso dos cursos livres na modalidade EAD. No entanto, mais recentemente, deve-se notar que esse acesso tem se ampliado, de modo que muitos governos têm buscado contribuir com essa expansão não apenas para facilitar o acesso à educação/formação, mas, sobretudo, para que sejam alcançados objetivos como o acesso à informação.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (BRASIL, 2010), em seu Comunicado de n. 46 onde é apresentada a Análise e recomendações para as políticas públicas de massificação de acesso à internet em banda larga, documento esse apresentado em abril de 2010, o Brasil é um dos países com maior desigualdade no acesso à internet, em especial a de Banda Larga. Segundo o documento, os municípios pequenos possuíam no período da pesquisa 92% de sua população sem acesso à banda larga, o que equivalia a 39,2 milhões de pessoas.

O documento do IPEA mostra também as disparidades segundo a localização dos domicílios, onde se aponta que o acesso à internet em banda larga nas áreas rurais das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste é semelhante, em torno de 5%. Já nas áreas rurais da região Norte, o acesso à banda larga cai para próximo de 2%, e, no Nordeste, para 1%. Dos 8,6 milhões de domicílios rurais, aproximadamente 266 mil têm acesso à internet em banda larga (3,1% do total) e a desigualdade de renda também influi dessa desigualdade, já que apenas 2,6% dos domicílios com renda familiar até um salário mínimo possuem acesso à internet em banda larga, contra o percentual de 83,5% nos domicílios com renda superior a 20 salários mínimos (BRASIL, 2010, p. 9).

Já segundo o Mapa da Inclusão Digital o acesso à escolaridade também influencia no acesso à internet.

Educação é a grande variável que determina a diferença de acesso, mais do que as faixas de renda. A chance de uma pessoa com pelo menos superior incompleto acessar a rede é 100,8 vezes maior do que a de um analfabeto e 6 vezes maior do que aqueles com pelo menos ensino médio incompleto. A chance de acesso de alguém da classe AB é 11,8 vezes superior a alguém da classe E e 4,5 vezes aquelas de alguém da classe C (NERI, 2012, p.31).

Os dados apresentados pelos diversos grupos de estudos, estatais e privados, mostram que o acesso à internet em especial a de Banda Larga, apresenta grandes discrepâncias regionais, de classe social, escolarização, entre outros, necessitando de políticas mais abrangentes para a democratização do acesso à internet, algo primordial para o acesso aos cursos de formação ou qualificação de lideranças comunitárias e conselheiros municipais. Assim, espera-se que haja um duplo movimento: o da ampliação do acesso à internet banda larga em todas as regiões do país e, de modo integrado, a disponibilização de formações a partir da EAD que estejam alinhadas às atuais necessidades dos gestores sociais, promovendo uma formação, de fato, qualificada e que possa promover mudanças importantes na prática desses profissionais.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa bibliográfica realizada, podemos entender que a possibilidade de utilização da metodologia de EAD como ferramenta de formação e capacitação continuada de gestores e lideranças comunitárias inseridas em conselhos de direito pode existir fortalecida pelo crescimento no número usuários com acesso a computadores e à internet. Embora esses números venham se ampliando a cada ano, mesmo em localidades afastadas dos grandes centros, é mister que essa discussão esteja permanentemente em pauta, haja vista que a EAD pode possibilitar a inclusão de um grande número de pessoas interligadas

recebendo as mesmas informações de forma síncrona ou assíncrona, otimizando o trabalho dos facilitadores, professores ou tutores presenciais e/ou a distância, mas todo o processo de educativo depende diretamente da forma de acesso à *internet*.

A oferta de acesso à *internet* de Banda Larga a custos reduzidos e a capacitação dos usuários das novas tecnologias de comunicação são importantíssimos para a viabilidade de utilização dos cursos livres na modalidade EAD com intuito de formação e capacitação de continuada de gestores municipais atuantes nos diversos conselhos de direitos. Formas de acesso coletivo em infocentros com acesso à *internet* de Banda Larga nos municípios de pequeno porte, entre outros equipamentos, poderiam colaborar com a garantia de maior quantidade de participantes de cursos livres a distância.

Para a viabilização da utilização da EAD como ferramenta de formação ou capacitação continuada de gestores municipais e lideranças comunitárias inseridas em conselhos de direito através de cursos livres ofertados nessa modalidade só poderá ser efetivo quando o foco da formação ou capacitação não está somente da difusão de informação, mas na formação política, algo fundamental para o trânsito dentro do Estado e seus diversos veículos burocráticos. Assim, um questionamento perene deve ser o que envolve a qualidade dessa formação promovida a partir da EAD. A democratização do acesso deve vir acompanhada de uma reflexão sobre a qualidade da formação de novos gestores, o que só poderá ser fomentado pela EAD se houver uma conscientização constante acerca do papel desses gestores, seus desafios e suas potencialidades. Essa discussão deve atravessar e orientar cursos que visam a promover formação continuada a esses gestores. Obviamente que essa discussão é anterior e fundamental para que toda e qualquer ferramenta – no caso, as existentes na EAD – possa, de fato, ser útil àquilo que se propõe.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (Org.). ABED. **CensoEaD.br.: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2012**. Curitiba: Ibpex, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (Org.). ABED. **Censo EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2018**. Curitiba: InterSaberes, 2019.

ALMEIDA FILHO, Carlos César Pereira. O avanço da Educação a Distância no Brasil e a quebra de preconceitos: uma questão de adaptação. **Revista Multitexto**, v. 3, n. 1, p. 14-20, 2015.

ALVES, Carina Maria Terra. **Metodologias para a Educação a Distância**. Valinhos: Anhanguera Educacional, 2013.

BEHAR, P. A. (Org.). **Modelos Pedagógicos em Educação a Distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.



\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Comunicados do IPEA n. 46: Análise e recomendações para as políticas públicas de massificação de acesso à internet em banda larga.** 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.** Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da União, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Org.). **Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento.** Brasília: SUPERA, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2012: CRAS, CREAS, Centros POP, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselho Municipal, Conselho Estadual e Unidades de Acolhimento.** Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.** Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Resolução n. 130, de 15 de julho de 2005.** Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). Diário Oficial da União, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2011.** Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro. 2013b.

COLL, César; MONEREO, Carles. **Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação.** Trad. N. Freitas. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GAMEIRO, Felipe José; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; INOCENTE, David Forli; MATIAS, Alberto Borges. Avaliação de tecnologias educacionais em cursos a distância. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, p. p. 88-113, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=35&dados=0>> Acesso em 08. mar. 2019.

MATTAR, João. **Educação a distância no Brasil e no mundo.** Departamento de Extensão e Pós-Graduação. Valinhos: Anhanguera Educacional, 2013.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 16. ed. São Paulo: Cortez. 2011.

NERI, Marcelo Cortes (Coord.). **Mapa da Inclusão Digital.** Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012.

PACHECO, Reinaldo. Lazer e Cidades: protagonismos e antagonismos nas lutas por espaço. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 2, p. 92-103, mai. 2016.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz et al. Desigualdades digitais: Acesso e uso da internet, posição socioeconômica e segmentação espacial nas metrópoles brasileiras. **Análise Social**, Lisboa, n. 207, p. 288-320, abr. 2013.

ROCHA, Roberto. A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil. **Revista Pós Ciências**. v. 1 n. 11. São Luís. Maranhão. 2009.

SANCHEZ, Oscar Adolfo. O poder burocrático e o controle da informação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 89-119, 2003.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Psicologia do Desenvolvimento, educação a distância e as tecnologias digitais da informação e comunicação. **Psico**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 352-361, 2013.

\_\_\_\_\_. Psicologia da educação e as tecnologias digitais de informação e comunicação. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, p. 447-455, 2014.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio; GILIO, Leandro; OLIVEIRA, Sonia Valle Walter Borges; MATIAS, Alberto Borges. Evaluación de un programa de formación de gestores sociales en la modalidad de educación a distancia, en el contexto brasileño. **Revista de Estudios y Experiencias en Educación**, v. 9, n. 17, p. 33-46, 2010.

SELWYN, Neil. O uso das TICs na educação e a promoção de inclusão social: uma perspectiva crítica do Reino Unido. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 104, p. 815-850, out. 2008.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abandono Escolar 215, 216, 217, 225

Ações Afirmativas 115, 116, 117, 118, 119, 122

Aprendizagem 5, 18, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 40, 43, 62, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 83, 90, 91, 93, 96, 97, 99, 101, 102, 106, 107, 109, 112, 133, 135, 138, 140, 142, 147, 151, 154, 156, 168, 183, 185, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 201, 228, 231, 233, 235, 237, 239, 242, 244, 245, 247, 248, 249, 250

Arte 28, 29, 71, 73, 74, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 91, 168, 183, 249, 251

Atendimento Educacional Especializado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 248

Aula prática 188, 191, 194, 196

Avaliação 17, 33, 47, 59, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 109, 113, 118, 142, 151, 168, 177, 180, 185, 192, 197, 225

### B

BNCC 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 247, 249

### C

Competência 36, 109, 148, 149, 150, 152, 155, 156, 157, 160, 166, 201, 206, 211, 213

Cotidiano 9, 38, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 81, 83, 84, 85, 110, 142, 150, 155, 241

Cultura política 199, 200, 201, 202, 213

### D

Didática 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 77, 109, 242

Direitos humanos 133, 135, 136, 146, 147, 160

### E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 23, 24, 25, 27, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 225, 227, 228, 229, 232, 233, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 245, 246, 248, 249, 250, 251

Educação a Distância 100, 101, 107, 109, 112, 113, 114  
Educação Ambiental 12, 14, 24, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72  
Educação Básica 9, 2, 6, 10, 19, 40, 84, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 108, 117, 137, 139, 140, 170, 179, 185, 225, 227, 229, 232, 246, 249, 250  
Educação Corporativa 148, 150, 151, 152, 155, 156, 157  
Educação não formal 158, 160, 166  
Educação Profissional 40, 46, 47, 157, 170, 171, 172, 175, 176, 178, 179, 200, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 225  
Ensino Técnico 40, 170, 172, 215, 217  
Extensão popular 116, 117

## F

Formação cultural 48, 50, 51, 52, 54, 55, 58, 59  
Formação de professores 3, 4, 5, 8, 10, 11, 36, 48, 49, 50, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 227, 229, 232, 234, 236, 237, 238, 242, 251  
Formação Profissional 100, 101, 102, 172, 202, 235, 238, 246

## G

Gestores 12, 13, 14, 15, 16, 17, 22, 23, 24, 38, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 114, 154, 162, 169

## H

Histologia 188, 189, 190, 192  
História da Educação 72, 200

## I

Identidade 54, 76, 161, 166, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 248  
Identidade Profissional 233, 241, 242  
Interação 27, 30, 32, 33, 34, 36, 40, 63, 64, 69, 70, 81, 109, 133, 135, 140, 142, 162, 175, 185, 226, 231, 232  
Interdisciplinaridade 62, 63, 64, 69, 71, 75, 226, 228, 229, 231, 232  
Interiorização 53, 124

## M

Modernização 106, 107, 124, 164  
Multidisciplinaridade 13

## P

Pensamento Complexo 73, 74, 228, 232

Política 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 24, 37, 38, 39, 40, 45, 46, 47, 59, 65, 66, 83, 99, 105, 106, 112, 113, 118, 124, 125, 130, 134, 136, 158, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 169, 181, 184, 199, 200, 201, 202, 205, 211, 213, 219, 225, 241

Política Pública 6, 37, 38, 45, 47

## S

Sensibilização 12, 13, 16, 17, 63, 71, 146

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**